

RESPOSTA AO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.

RECORRENTE: ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME

RECORRIDA: PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA

1. DO RECURSO

O Recurso Administrativo é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual é conhecido para análise do mérito.

O inconformismo da Recorrente volta-se contra a decisão proferida em sessão pública que habilitou e declarou como vencedora do certame a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

Em suas razões recursais, a empresa ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA fundamenta seu pleito de reforma da decisão administrativa em dois pilares centrais:

1) Ausência do espelho/inteiro teor das ARTs correspondentes: A Recorrente sustenta que a empresa declarada vencedora descumpriu formalidade essencial prevista no item 8.2 do Edital e no item 10.2 do Termo de Referência. Alega que, embora tenham sido apresentados os atestados de capacidade técnica e as respectivas Certidões de Acervo Técnico (CATs), a Recorrida omitiu o "espelho" ou o inteiro teor das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) que lhes deram origem, o que, na visão da Recorrente, ensejaria a inabilitação imediata por descumprimento de regra editalícia taxativa.

2) Inexequibilidade da proposta e quebra da isonomia: Argumenta a Recorrente que o valor global ofertado pela empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., no

montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), é manifestamente inexecutável. Ressalta que tal valor representa apenas 49,34% do valor orçado pela Administração Municipal, estimado em R\$ 1.013.294,52 (um milhão, treze mil, duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Aduz, ainda, que não houve a apresentação de planilha analítica de composição de custos detalhada, tampouco a demonstração cabal da viabilidade econômica da proposta, o que feriria o princípio da isonomia e colocaria em risco a execução contratual.

2. DA CONTRARRAZÃO

Devidamente intimada, a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. apresentou suas contrarrazões tempestivamente, refutando integralmente os argumentos da Recorrente. Em síntese, defendeu a validade de sua documentação técnica, amparada na fé pública das certidões emitidas pelo conselho de classe, e reiterou a plena exequibilidade de sua proposta comercial, baseada em sua eficiência operacional e no modelo de negócio adotado. Pugnou, ao final, pela manutenção integral da decisão que a declarou vencedora.

3. DA ANÁLISE TÉCNICA

3.1. DA AUSÊNCIA DO ESPELHO/INTEIRO TEOR DAS ARTs CORRESPONDENTES

Após análise técnica e jurídica da documentação apresentada pela empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., esta Pregoeira entende que o argumento da recorrente não deve prosperar, pelas razões que seguem.

A Recorrida apresentou Certidões de Acervo Técnico (CATs) emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). Nos termos da Resolução CONFEA nº 1.137/2023, a CAT constitui o instrumento oficial destinado a certificar, para todos os efeitos legais, as atividades técnicas registradas nos assentamentos do Conselho, compondo o acervo técnico-profissional do responsável técnico. Referido acervo é formado pelo conjunto de atividades desenvolvidas ao longo dos serviços do profissional, desde que compatíveis com suas atribuições legais e devidamente registradas por meio das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs).

Nesse contexto, a CAT possui caráter comprobatório da capacidade técnico-profissional, uma vez que consolida as ARTs vinculadas às atividades efetivamente executadas — já baixadas no sistema para efeito de emissão de CAT — acompanhadas de seus respectivos atestados de capacidade técnica. Trata-se, portanto, de documento dotado de fé pública, que sintetiza e valida o conteúdo das ARTs que lhe deram origem.

Exigir o espelho ou inteiro teor da ART quando já apresentada a CAT que a incorpora e a referenda implica exigir a prova da prova, incorrendo em formalismo exacerbado, incompatível com os princípios que regem a Nova Lei de Licitações.

Ademais, as CATs acostadas aos autos contêm a indicação numérica clara e precisa das ARTs correspondentes, permitindo à Administração, por meio de consulta simples ao portal do CREA, verificar a autenticidade e o inteiro teor de qualquer registro, garantindo a rastreabilidade e a segurança jurídica necessárias ao certame.

Importa destacar que o item 8.2 do Edital exige a apresentação da CAT acompanhada de seus respectivos atestados técnicos — documentos estes que foram integralmente apresentados pela Recorrida. Não se vislumbra, pois, exigência autônoma e apartada da ART em análise estrita, haja vista que as ARTs correlatas já se encontram incorporadas e vinculadas à CAT. A CAT, nesse sentido, serve como instrumento oficial de validação e comprovação do acervo técnico-profissional perante a Administração Pública, sendo suficiente para atender à finalidade da norma editalícia.

A finalidade precípua do item 8.2 do Edital é garantir que a licitante possui experiência comprovada na execução do objeto. Ora, se a CAT atesta essa experiência e faz referência direta e expressa às ARTs correspondentes, a finalidade do ato foi integralmente atingida. Exigir documento além do necessário, quando já suprida a exigência substancial, subverte o princípio do formalismo moderado consagrado nos acórdãos e nas jurisprudências do Tribunal de Contas da União.

4. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

4.1. Condução da Sessão

Primeiramente, necessário esclarecer que a condução do certame não se limita à sessão pública. É legítimo e imprescindível analisar a fase de planejamento da contratação para conduzir o pregão de maneira eficiente. Nesse contexto, não é necessário grande aprofundamento para verificar que, após registrado o último lance na plataforma, não houve pedido formal de comprovação de exequibilidade da proposta por parte da Pregoeira.

A conduta da pregoeira é devidamente justificada à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa. Embora o edital previsse a necessidade de comprovação de exequibilidade em propostas com desconto superior a 50%, o caso concreto revela que a ultrapassagem desse patamar foi mínima, de apenas 0,66 ponto percentual, o que autoriza interpretação material e não meramente aritmética da regra. Nessa perspectiva, não se mostra juridicamente adequado impor desclassificação automática ou exigir, de plano, comprovação formal de exequibilidade quando não há elementos concretos de inviabilidade da proposta.

Em detida análise da fase de planejamento da contratação, no que tange à formulação do preço estimado de R\$ 1.013.294,52 observa-se que esse valor foi obtido com base na metodologia prevista no relatório de pesquisa de preços, a partir da escolha do menor valor entre a média e a mediana dos valores apurados nos parâmetros dos incisos I e IV. Isso demonstra que a própria Administração já adotou critério conservador na formação do orçamento estimado.

Entretanto, outra análise pode ser feita quando se verifica ainda que, no universo dos valores pesquisados, utilizando apenas os menores valores unitários de cada item, encontra-se o valor global de R\$ 914.277,24, o que evidencia que o mercado consultado já admitia valores significativamente inferiores ao orçamento estimado (média ou mediana).

Esse dado é especialmente relevante porque enfraquece a hipótese de inexequibilidade automática do último lance de R\$ 500.000,00. A exequibilidade não pode ser aferida apenas pelo desconto em relação ao estimado, mas deve considerar o comportamento efetivo do mercado, a dispersão dos preços pesquisados e a existência de propostas compatíveis com faixas inferiores ao valor de referência. Se a própria pesquisa de preços revelou amplitude considerável entre os valores cotados, não se pode concluir, sem base objetiva adicional, que o lance final seja artificial, temerário ou incapaz de suportar a execução contratual.

Outro ponto que reforça a legitimidade da decisão de não pedir comprovação de exequibilidade é a proximidade entre os três primeiros lances classificados, que ficaram em 1ª: R\$ 500.000,00, 2ª: R\$ 504.999,00 e 3ª: R\$ 505.000,00. Essa convergência demonstra disputa real entre as licitantes e revela que o valor ofertado não surgiu como resultado isolado ou aberrante, mas dentro de uma faixa concorrencial plausível. A semelhança entre os valores afasta a ideia de preço simbólico ou incompatível com a realidade do certame, reforçando a presunção de viabilidade da proposta vencedora.

Também merece destaque o fato de que o objeto será executado ao longo de 12 meses, o que permite a diluição dos custos fixos e operacionais no período contratual. Nessa hipótese, o valor global de R\$ 500.000,00 corresponde a uma média mensal aproximada de R\$ 41.666,67, o que reforça a possibilidade de execução economicamente viável, especialmente quando considerado o conjunto da proposta e a dinâmica do contrato. A análise da exequibilidade, portanto, deve considerar não apenas o montante global, mas também a estrutura temporal da execução e a capacidade de absorção dos custos ao longo da vigência contratual.

Dessa forma, a ausência de pedido de comprovação de exequibilidade se sustenta porque não houve indícios materiais robustos de inexequibilidade. O percentual que excedeu o limite do edital foi marginal; o orçamento estimado foi construído com critério média ou mediana (a depender do item); a pesquisa de preços revelou um menor valor global inferior ao estimado, quando utilizados apenas os menores valores de cada item; as três primeiras colocadas apresentaram lances muito próximos entre si; e o objeto admite diluição dos custos em 12 meses. Em conjunto, esses elementos justificam a conclusão de que a proposta não deveria

ser presumida inexecuível apenas pelo desconto alcançado, sendo legítima a atuação da pregoeira ao prestigiar a competitividade e a proposta mais vantajosa.

4.2. Apresentação de Relatório de Exequibilidade

Apesar de não ter sido solicitada a comprovação de exequibilidade, a empresa declarada vencedora anexou na plataforma, ainda durante a sessão, “RELATÓRIO TÉCNICO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE”.

Neste relatório (analisado ainda durante a sessão), a empresa informa que é atual prestadora dos serviços objeto da presente contratação — circunstância que comprova a viabilidade prática da execução contratual, o pleno conhecimento das rotinas operacionais, demandas e particularidades do objeto, a disponibilidade de frota de veículos adequada à execução dos serviços, conforme exigência editalícia, equipe técnica qualificada, treinada e já em atuação, e infraestrutura logística e administrativa consolidada.

Ainda, a empresa declarou que a proposta foi elaborada com base em critérios técnicos, observando os custos diretos (os equipamentos novos, insumos, mão de obra), os custos indiretos (logística, deslocamento, administração e suporte), aproveitamento da estrutura já existente (quando for o caso) e eficiência operacional decorrente da continuidade contratual.

Além disso, no relatório a empresa declarou, sob as penas da lei, que possui plena capacidade para fornecer equipamentos novos, em total conformidade com as especificações do edital, garantindo o atendimento integral às exigências técnicas.

Em resumo, embora a comprovação de exequibilidade não tenha sido exigida, a empresa vencedora apresentou documento que reforça a viabilidade de sua proposta, pois não parte do zero: já dispõe de estrutura física e operacional implantada no local da prestação, equipe técnica disponível e plenamente capacitada, além de capacidade logística, técnica e financeira demonstrada. Dessa forma, a existência de base operacional previamente estabelecida e a consequente redução de custos decorrente da ausência de necessidade de nova infraestrutura no município evidenciam a exequibilidade da proposta.

De fato, durante a sessão, não houve apresentação de planilha de composição de custos. É indispensável entender que a exequibilidade pode ser demonstrada não apenas com planilha de composição de custos. No caso, a própria vencedora buscou reforçar a viabilidade da proposta com elementos concretos de sua estrutura operacional, como equipe técnica, frota, logística instalada, atuação prévia no município e ganho de eficiência decorrente da experiência acumulada.

Assim, a exequibilidade deve ser verificada pelo conjunto probatório, e não apenas por uma planilha isolada. A planilha de custos é um documento relevante, mas não esgota a análise, porque a viabilidade econômica pode decorrer também de fatores como escala, estrutura já montada, otimização operacional, expertise e capacidade logística própria.

A análise não deve ser uma mera comparação entre a planilha da licitante e o orçamento de referência da Administração. O objetivo é aferir se a metodologia de execução proposta pela licitante, com os recursos por ela dimensionados, é tecnicamente capaz de entregar o objeto contratual com a qualidade e no prazo exigidos.

Ressalte-se, com especial ênfase, que o próprio edital, em seu item 11.7.1, não apenas admite, mas expressamente reconhece que a exequibilidade pode ser comprovada quando o licitante demonstra a existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. Assim, a existência de infraestrutura operacional prévia não configura vantagem competitiva ilícita, mas consequência natural da livre concorrência e da eficiência empresarial.

Equivocadamente, sustenta-se que a aceitação de uma proposta que se beneficie do aproveitamento de estrutura já existente configuraria violação ao princípio da isonomia. Não assiste razão esse entendimento. O princípio da isonomia em licitações assegura a igualdade de oportunidades a todos os concorrentes para que apresentem suas propostas, e não a obrigação de que todos formulem propostas idênticas ou aderentes à estimativa da Administração. Pelo contrário, a competitividade, um dos pilares do certame (art. 11, II, da Lei nº 14.133/2021), é fomentada justamente pela possibilidade de as empresas apresentarem soluções mais eficientes e econômicas. Impedir uma licitante de ter sua proposta de maior eficiência analisada, sob um falso pretexto de isonomia, é, na verdade, uma

conduta anti-isonômica e contrária ao interesse público de obter a proposta mais vantajosa.

4.3. Planilha de Custos

Em suas contrarrazões, a Recorrida apresentou voluntariamente a planilha de composição de custos — sem que houvesse qualquer solicitação neste sentido por parte da Administração. Assim, a apresentação detalhada dos custos trouxe maior robustez e consolidação à tese de que a proposta declarada vencedora é plenamente exequível.

No documento em questão, a Recorrida demonstrou de forma analítica e detalhada todos os componentes de sua estrutura de custos, incluindo salários, encargos sociais, despesas operacionais, EPIs, uniformes, alimentação, transporte, combustíveis, depreciação de veículos e equipamentos, custo financeiro do investimento, manutenção, impostos e BDI — além de demais despesas inerentes à prestação do serviço.

Tal demonstração não configura, em absoluto, apresentação de documento novo ou criação de condição inexistente à época da proposta. Ao contrário, a planilha de custos tão somente explicita, de forma transparente e pormenorizada, a realidade econômico-financeira preexistente da empresa, que sempre esteve subjacente à proposta apresentada.

A aceitação do documento em fase recursal, não só prioriza a proposta mais vantajosa para a Administração como também está alinhada com o ordenamento jurídico atual, a exemplo cita-se o Acórdão nº 2.049/2023, na qual o Plenário reconheceu expressamente a possibilidade de apresentação de documento destinado à correção de erro material constante da proposta inicial, inclusive em sede recursal, sem afronta aos princípios da isonomia ou da vinculação ao edital.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, é irregular a desclassificação de proposta vantajosa em razão de falhas sanáveis, devendo a Administração promover diligência para esclarecimento ou complementação de informações.

Necessário esclarecer que a diligência no processo de licitação pode ser realizada em qualquer etapa, desde a fase de habilitação até a adjudicação ou homologação, com o objetivo principal de esclarecer dúvidas, complementar documentos ou informações apresentadas pelos licitantes, sem alterar substancialmente as propostas ou requisitos do edital. Essa ferramenta promove a ampla participação e a isonomia, permitindo que irregularidades sanáveis sejam corrigidas, desde que não configurem alteração de condições essenciais da proposta.

A interpretação do TCU, conforme o Acórdão nº 1211/2021 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), é que, caso o licitante não tenha entregue um dado documento de habilitação ou de proposta no momento adequado, poderá fazê-lo posteriormente, devendo ser requerido e aceito pela Administração, desde que referido documento retrate condição material preexistente à abertura da sessão pública do certame. O mesmo raciocínio se aplica caso o licitante tenha apresentado documento equivocado e pretenda substituí-lo por outro adequado às exigências do edital.

Citamos outros acórdãos que tratam da matéria:

- Acórdão 2.443/2021, o TCU reconheceu a ilegalidade da inabilitação de licitante que apresentou uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida 84 dias após a abertura da licitação. A CAT se referiria a uma condição preexistente.
- Acórdão 2.528/2021, o TCU entendeu ilegal a inabilitação de licitante que deixara de apresentar declaração de inexistência de nepotismo. Nesse caso, o TCU reputou cabível a apresentação do documento após o início do certame.
- Acórdão 988/2022, o TCU afastou a inabilitação de empresa que não apresentara o atestado de visita técnica nem a declaração de concordância com as disposições do instrumento convocatório. Nesse caso, o Relator esclareceu que, "Conquanto seja fundamental no Direito Administrativo, o princípio da legalidade não é absoluto. No caso concreto, parece-me claro que sua aplicação irrestrita operou contra a obtenção da melhor proposta e do alcance do interesse público, sendo apropriado ponderar a aplicação da salutar flexibilização do formalismo."
- Acórdão 117/2024, o TCU qualificou como indevida a inabilitação de empresa decorrente de apresentação de documentação vencida (certidão negativa com prazo exaurido).

- Acórdão 60/2025, o TCU admitiu a juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes, contrariando o art. 64 da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdão 966/2022-TCU-Plenário.
- Acórdão nº 1.204/2024, o Plenário assentou que: é irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- Acórdão 641/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia) Licitação. Proposta. Desclassificação. Vício sanável. Diligência. É irregular a desclassificação de proposta de licitante em razão de vícios sanáveis mediante diligência, por afronta ao art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021 e aos arts. 39, § 7º, e 41 da IN Seges – ME 73/2022, bem como aos princípios da isonomia, da competitividade e da economicidade.

Diante do exposto, conclui-se que a proposta da empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, no valor de R\$ 500.000,00, é plenamente exequível. A presunção relativa de inexecutabilidade foi afastada pelos elementos dos autos: a planilha analítica de custos apresentada voluntariamente demonstra a composição detalhada do preço que assegura viabilidade econômica; o modelo de comodato e a estrutura operacional já existente justificam o preço competitivo; a proximidade entre as três melhores propostas indica formação real de preço de mercado; a recorrente não trouxe prova material da alegada inexecutabilidade, limitando-se a alegações genéricas.

5. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Pregoeira, seguindo os PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DO FORMALISMO MODERADO E DA BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA para o município, após recebimento do recurso apresentado pela empresa ARAÚJO EQUIPAMENTOS LTDA – ME, **NÃO RECONSIDERO** a decisão que declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

Encaminho os autos do presente processo licitatório para análise e emissão de parecer jurídico, nos termos do parágrafo único do art. 168 da Lei nº 14.133/2021; e submissão à decisão da autoridade competente, para DECISÃO, conforme previsto no §2º do art. 165 da mesma norma legal, tendo em vista que o recurso não foi acolhido.

João Monlevade, 15 de maio de 2026

Carmem Augusta Braga Maciel
Pregoeira